

**AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL nº 1262608 - MT (2018/0059070-8)**

**RELATOR : MIN. ROGERIO SCHIETTI CRUZ**

**AGRAVANTE : J A P F**

**ADVOGADOS : RODOLFO PEREIRA FAGUNDES - MT013249**

**: BRUNO DE CASTRO SILVEIRA - MT016257**

**AGRAVADO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO**

## **DECISÃO**

**J. A. P. F.** agrava da decisão que inadmitiu o recurso especial que interpôs, fundado no art. 105, III, "a", da Constituição Federal, contra acórdãos do **Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso** na Apelação n. 4810/2017 e nos Embargos de Declaração n. 63408/2017 e 90589/2017.

Nas **razões do especial**, a defesa apontou violação do **art. 619 do Código de Processo Penal**, ao argumento de que a Corte local foi contraditória ao fundamentar a fração da tentativa no patamar mínimo, fundada na ocorrência de lesão corporal grave, quando o laudo técnico afirmou categoricamente que não houve esse resultado.

Asseverou: "a lúdima vigência do artigo 619, CPP, somente ocorreria se houvesse a aplicação do efeito modificativo, na razão direta de que não houve premissas idôneas para aplicar a redução da tentativa no patamar de 1/3" (fl. 640).

Aduziu, ainda: "o 'perigo de vida' (fls. 40) registrado no laudo em foco não PODE SER UTILIZADO como elemento idôneo para quantificar a fração a ser aplicada, pois tal circunstância NÃO está interligada com o 'iter criminis'" (fls. 639-640).

Requeru a modificação do acórdão a fim de aplicar-se o patamar máximo de diminuição de pena referente à tentativa.

O recurso foi inadmitido na origem pelo Tribunal não haver reconhecido infringência ao dispositivo legal apontado, o que ensejou esta interposição.

O Ministério Público Federal opinou pelo não provimento do agravo (fls. 692-695).

**Decido.**

## **I. Admissibilidade**

O **agravo** é tempestivo e infirmou os fundamentos da decisão agravada, razões pelas quais comporta conhecimento.

O **recurso especial** também suplanta o juízo de prelibação, haja vista a ocorrência do necessário prequestionamento, além de estarem presentes os demais pressupostos de admissibilidade (cabimento, legitimidade, interesse, inexistência de fato impeditivo, tempestividade e regularidade formal), motivo por que avanço na análise de mérito da controvérsia.

## **II. Contextualização**

O Conselho de Sentença condenou o ora agravante a 11 anos e 8 meses de reclusão, em regime inicial fechado, pelo crime do **art. 121, § 2º, I, IV, VI, c/c o art. 14, II, ambos do Código Penal**.

O Juiz Presidente do Tribunal do Júri **reduziu a pena em 1/3 pela tentativa**, sob o seguinte fundamento: "tendo a **vítima corrido perigo de vida**, consoante se observa do laudo de lesão corporal encartado às fls. 39-40, então, diante desse contexto, hei de aplicar a fração também em seu mínimo legal" (fl. 415, grifei).

A Corte local redimensionou a reprimenda para 8 anos e 8 meses de reclusão. Quanto à minorante do art. 14, II, do CP, o órgão colegiado manteve o patamar de redução fixado em primeira instância, conforme se vê (fls. 571-574, destaquei):

A premissa encontra respaldo no **laudo pericial de lesão corporal constante de fls. 39/40, que comprova a extensão dos ferimentos causados a essa vítima, tendo ela sido esfaqueada na região cervical que lhe causou lesão corporal grave, causando-lhe perigo de vida.**

[...]

No caso, **os apelados esgotaram os meios de execução do crime**. Além disso, chegaram próximo ao intento colimado com a ação criminosa, causando na vítima Denisvaldo Rodrigues da Silva lesões corporais graves, devendo por essa razão a fração decorrente do crime tentado ser minorada para o mínimo de 1/3.

[...]

No caso, **considerando a gravidade das lesões corporais causadas na vítima e o esgotamento de todos os atos de execução a que se propôs o apelado realizado, entendendo pertinente a redução da fração da tentativa para o mínimo legal de 1/3**, o que faz a pena elevada a 08 anos e 08 meses de reclusão, que torno DEFINITIVO frente a inexistência de outras causas especiais a serem sopesadas.

A defesa opôs embargos de declaração, os quais foram acolhidos apenas para sanar erro material. Veja-se (fl. 609, grifei):

Analizando os autos denoto que, em verdade, existe ERRO MATERIAL no voto proferido pelo i. Revisor, porquanto nos exatos termos apontados nas razões destes embargos, especificamente no último parágrafo constante da fl. 435v, foram apontados elementos estranhos aos autos para definir a redução da fração originariamente imposta pela tentativa, o que acabou por ocasionar manifesta contradição no julgado.

Logo, para se corrigir o equívoco apontado, neste momento procede-se a **retificação do parágrafo** originariamente grafado como "...No caso, os apelados esgotaram os meios de execução do crime. Além disso, chegaram próximo ao intento colimado com a ação criminosa, causando na vítima Denisvaldo Rodrigues da Silva lesões corporais graves, devendo por essa razão a fração decorrente do crime tentado ser minorada para o mínimo de 1/3..." (*sic* – fl. 435v – trecho do voto do i. Revisor), **passando-se a ler em seu lugar aquele constante à fl. 429 do voto condutor**, qual seja **"...No caso dos autos, o apelante efetuou diversos golpes de faca em várias partes do corpo da vítima, inclusive na região cervical, consoante atestado por laudo pericial, expondo-a a efetivo perigo de morte, que só não ocorreria porque foi socorrida por populares, circunstância alheia à vontade do agente, devendo fração ser retificada para o patamar mínimo de 1/3 (terço)..."** (*sic* — fl. 429).

Foram opostos novos aclaratórios, em que se apontou haver omissão não solucionada, referente à manifestação expressa sobre os arts. 619 e 620 do CPP. Contudo, o Tribunal *a quo* rejeitou os embargos nestes

termos (fl. 623, destaquei):

A irresignação do embargante foi efetivamente apreciada e decidida no julgamento dos embargos de declaração originários, registrados sob o n. 63408/2017, restando destacar que foram estes inclusive acolhidos, muito embora sem empréstimo de efeitos modificativos.

**Os dispositivos legais que ora se pretende prequestionar, quais sejam, artigos 619 e 620 do Código de Processo Penal, guardam relação específica com o cabimento e o rito dos próprios embargos de declaração na seara penal, nada se confundindo com a matéria de fundo enfrentada tanto no recurso de apelação como nos primeiros aclaratórios já julgados, sobre os quais, repita-se, houve juízo positivo de admissibilidade e cabimento, tanto que foram acolhidos.**

Ou seja, não há que se falar em eventual negativa de prestação jurisdicional por parte deste Órgão Colegiado, apto a ensejar a pretensão de prequestionamento justamente dos artigos 619 e 620 do Código de Processo Penal, tal como decidido no aresto que segue, oriundo do Colendo Superior Tribunal de Justiça, *in litteris*.

### **III. Art. 619 do CPP**

Inicialmente, saliento que o reconhecimento de violação do art. 619 do Código de Processo Penal pressupõe a ocorrência de **omissão, ambiguidade, contradição ou obscuridade** que tragam prejuízo à defesa.

**A assertiva, no entanto, não pode ser confundida com o mero inconformismo da parte com a conclusão alcançada pelo Tribunal a quo**, que, a despeito das teses aventadas, lança mão de fundamentação idônea e suficiente para a formação do seu livre convencimento.

O julgador não está, por conseguinte, necessariamente vinculado a todos os pontos de discussão apresentados pelas partes, de modo que **a insatisfação com o resultado trazido na decisão não significa prestação jurisdicional insuficiente ou viciada pelos vetores contidos no artigo em comento.**

Ilustrativamente:

III. Inexistindo, no acórdão embargado, qualquer

ambiguidade, omissão, contradição ou obscuridade, nos termos do art. 619 do CPP, não merecem ser acolhidos os Embargos de Declaração, que, em verdade, revelam o inconformismo do embargante com as conclusões do *decisum*.

IV. Embargos de Declaração rejeitados. (**EDcl no AgRg no AREsp n. 22.714/RJ**, Rel. Ministra Assusete Magalhães, 6ª T., DJe 24/2/2014)

Sob essas premissas, verifico que **a Corte de origem não foi contraditória**. Não obstante o que afirma o agravante, foi consignado **expressamente** nos acórdãos de apelação e de seus respectivos embargos declaratórios que a fração da tentativa foi fixada com base em dois fundamentos: **o iter criminis percorrido pelo réu**, com a prática de todos os atos executórios, e o **risco de morte da ofendida**.

Ressalto que, embora a defesa insista que não houve lesão corporal grave, o Tribunal estadual evidenciou: **"laudo pericial de lesão corporal constante de fls. 39/40**, que comprova a extensão dos ferimentos causados a essa vítima, **tendo ela sido esfaqueada na região cervical que lhe causou lesão corporal grave, causando-lhe perigo de vida"** (fl. 573, grifei). Conforme o art. 129, § 1º, II, do CP, lesão corporal que gera perigo de vida é considerada grave. **Portanto, não há violação do art. 619 na hipótese**.

Saliento, por fim, que chegar a conclusão diversa acerca dos resultados provocados pela conduta do acusado seria inviável nesta via recursal, pelo óbice da Súmula n. 7 do STJ.

#### **IV. Dispositivo**

À vista do exposto, com fundamento no art. 932, VIII, do CPC, c/c o art. 253, parágrafo único, II, "b", parte final, do RISTJ, **conheço do agravo para negar provimento ao recurso especial**.

Em tempo, diante da prática de crime em contexto de violência doméstica, corrija-se a autuação para constar apenas as iniciais do nome do paciente, haja vista que há, na hipótese, motivo legal para a ocultação da identidade do réu, a fim de preservar a intimidade, a vida privada, a honra e a imagem da ofendida, com fulcro no art. 201, § 6º, do Código de Processo Penal.

# *Superior Tribunal de Justiça*

Publique-se e intímem-se.

Brasília (DF), 1º de abril de 2020.

Ministro **ROGERIO SCHIETTI CRUZ**